

**OS DESAFIOS FRENTE AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO  
REMOTO PARA ALUNOS COM SURDEZ EM TEMPO DE PANDEMIA NO  
CENTRO RAIMUNDO NONATO DIAS RODRIGUES**

**THE CHALLENGES FRONT TO REMOTE SPECIALIZED EDUCATIONAL  
SERVICE FOR STUDENTS WITH Deafness IN PANDEMIC TIME AT THE  
RAIMUNDO NONATO DIAS RODRIGUES CENTER**

Rosana Souza dos Santos<sup>1</sup>  
Ederson Wilcker Figueiredo Leite<sup>2</sup>

**RESUMO:** Desde que as escolas adotaram aulas por meio remoto como medida de enfrentamento ao COVID-19, que mudanças aconteceram no meio educacional, uma delas foi a prática de educadores que atendem alunos com surdez, pelo fato desse novo método de ensino requerer de atuações necessárias para sua efetivação, com vista à essas execuções é que o objetivo desse trabalho é de analisar de que forma acontece no contexto da pandemia o atendimento educacional especializado remoto para alunos com surdez do centro Raimundo Nonato Dias Rodrigues. O presente artigo foi desenvolvido primeiramente a partir de pesquisa bibliográfica entre 08/20 a 12/20, valendo-se de fontes como: livros, artigos, revistas, sites e outros que discutem a temática, onde, dentre fontes e autores, destacam-se: brasil (2010; 2014), lei 13.146/2015, lei 10.436/02, libâneo (1991), ldb (9394/96), gatti (2015), skliar (1997), pinto (2004), almeida (2000; 2007), entre outros, o trabalho tem uma abordagem qualitativa e foi desenvolvido através de aplicação de questionário com questões abertas e fechadas. Os resultados obtidos apontam que o ensino remoto impede o docente de executar de maneira precisa a avaliação do aluno em processos escolares.

**Palavras-chave:** Desafios Docentes. Ensino Remoto. Deficiência auditiva. Pandemia.

**ABSTRACT** Since the schools adopted classes by remote means as a measure of coping with COVID-19, which changes happened in the educational environment, one of them was the practice of educators who attend students with deafness, because this new teaching method requires necessary actions for its effectiveness, with a view to these executions, the objective of this work is to analyze how remote specialized educational assistance for students with deafness at the Raimundo Nonato Dias Rodrigues center takes place in the context of the pandemic. This article was developed primarily from bibliographic research between 8/20 to 12/20, using sources such as: books, articles, magazines, websites and others that discuss the theme, where, among sources and authors, they stand out se: brasil (2010; 2014), lei 13.146 / 2015, lei 10.436 / 02, libâneo (1991), ldb (9394/96), gatti (2015), skliar (1997), pinto (2004), almeida (2000; 2007), among others, the work has a qualitative approach and was developed through the application of a questionnaire with open and closed questions. The results obtained show that remote education prevents the teacher from accurately executing the student's assessment in school processes.

**Keywords:** Teaching Challenges. Remote Teaching. Hearing deficiency. Pandemic.

<sup>1</sup>Pós-graduando(a) em Informática na Educação Lato Sensu. <ssrose901@gmail.com>  
<http://lattes.cnpq.br/8465704880537418>

<sup>2</sup> Orientador e Coordenador do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Informática na Educação do IFAP.  
<ederson.leite@ifap.edu.br> <https://orcid.org/0000-0002-2886-0702>

Data da aprovação: 16/04/2021.

## **1 INTRODUÇÃO**

Atualmente com um cenário de isolamento devido a Pandemia, a prática educacional de professores passou a ser mais desafiadora, principalmente daqueles que fazem atendimento à pessoas com surdez, pelo fato de que, em 2020 de forma a impedir que o surto de COVID-19 se espalhasse, o governo federal criou como estratégia de ensino aulas por meios remotos, que foram impostas as escolas, dando continuidade no ano letivo.

A partir dessa mudança, os desafios dos profissionais da educação que atendem alunos com surdez passaram a ser ainda maior, uma vez que, o ensino por meios remotos necessita de novas ações de todos os envolvidos no processo educativo, como a família, a escola e principalmente o docente que deve deter de conhecimentos para ajudar o aluno em suas dificuldades.

Além de todos esses procedimentos que a adoção do ensino remoto exige, o educador têm também que lidar com aqueles referentes a deficiência do estudante, como o caso do conhecimento da Língua brasileira de sinais ( LIBRAS), o que é de extrema importância, pois, sem eles não poderá oferecer uma educação de qualidade para esses indivíduos, ao contrário, estará limitando esse indivíduo de se desenvolver por completo.

Sabe-se que o ensino remoto por permitir que tanto os professores quanto os alunos realize suas atividades escolares sem sair de casa é um método propício a situação a qual está se vivenciando, porém, o modo abrupto como ele ocorreu e a situação da educação que a muito tempo vem sendo encontrada, será que o ensino remoto impede o docente de executar de maneira precisa a avaliação do aluno em processos escolares?.

Em vista todas essas questões é que este trabalho tem por objetivo analisar de que forma acontece no contexto da pandemia o atendimento educacional especializado remoto para alunos com surdez do centro Raimundo Nonato Dias Rodrigues.

Considerando que o tema dessa pesquisa enfatiza o que hoje muitos profissionais da educação estão enfrentando, principalmente os que trabalham com alunos com necessidades especiais, é que julga-se a importância desse estudo, uma vez que, as abordagens nela contidas dizem respeito a toda sociedade, como é o caso das tecnologias como resolução de problemas e o da inclusão como melhoria na educação.

Este trabalho decorre sobre 2 capítulos, primeiramente se faz uma abordagem sobre a pandemia e seu impacto na educação e no segundo ressalta sobre as ações que devem serem tomadas diante ao ensino remoto para alunos com deficiências auditivas, nos quais, apresentam-se a inclusão digital nas escolas, a libras como fator essencial e as questões que se refere ao professor e a escola.

## **2 A PANDEMIA E AS MUDANÇAS NO ENSINO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS.**

Em fevereiro do ano 2020 a pandemia do COVID-19 que iniciou na China e que muitas pessoas não esperavam que chegasse até Brasil ocasionou importantes mudanças no ensino em geral, desde a educação básica até ao ensino de pós-graduação, em especial de pessoas com deficiências auditivas (DA).

Devido a gravidade da pandemia, o governo brasileiro por meio da Lei Nº 13.979/20, que dispôs de medidas para o enfrentamento em relação ao surto da COVID-19, em seu art.2º, inciso II, suspendeu atividades de aglomeração de maneira a evitar a contaminação ou propagação do Coronavírus. Essa suspensão de atividades, afetou o ensino presencial nas escolas públicas e privadas, suspendendo tarefas de ensino em todo o território nacional.

Em decorrência a essa medida, as Instituições de Ensino pararam com suas aulas e somente com a portaria nº 343 de 17 de março de 2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que determinou a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus puderam retornar com suas práticas escolares.

Nessa mesma portaria no parecer 05/2020, visando o ensino de pessoas na modalidade de educação especial, entre elas os alunos com Surdez, foram elencados procedimentos facilitando a transmissão de conhecimento para esses alunos, como foi o caso das atividades pedagógicas não presenciais, que mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação deviam adotar medidas de acessibilidade enquanto perdurasse a impossibilidade de atividades escolares presenciais nas unidades educacionais da educação básica e superior ou onde estivessem matriculados.

Fazendo compreender que a mudança de ensino como ocorreu na pandemia pode gerar ações expressivas tanto por parte do professor como por parte do aluno é que Almeida (2007, p.07) ressalta “a utilização das tecnologias no processo educativo proporciona novos ambientes de ensinar e aprender diferentes dos ambientes tradicionais.

Almeida enfatiza o que de fato acontece atualmente com a adoção de aulas online, uma vez que as estruturas se transformaram de mesas, cadeiras quadros magnéticos, pinceis e outros para computadores, tabletes, celulares, assim como os discursos que são web aulas, aulas online, aulas virtuais e várias outras, o que difere daquele tipo de ensino que o profissional que trabalha com alunos surdos estava acostumado.

A tecnologia na educação requer novas estratégias, metodologias e atitudes que superem o trabalho educativo tradicional. Uma aula mal estruturada, mesmo com o uso da tecnologia, pode tornar-se tradicionalíssima, tendo apenas incorporado um recurso como um modo diferente de exposição, sem nenhuma interferência pedagógica relevante. (SANTIAGO 2006, P.10-11).

A respeito a essa mudança e o compromisso que os profissionais da educação deve ter com o ensino é que o CNE no parecer nº 05/2020 enfatiza que as atividades remotas não são mera substituição das aulas presenciais, mas são práticas pedagógicas mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação que possibilitam o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem e habilidades e que por isso elas deve acontecer.

### **3 PROCESSOS PRIMORDIAIS REFERENTE AO ENSINO REMOTO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS AUDITIVAS**

#### **3.1 A escola no processo de inclusão digital**

Diante da realidade do Ensino Remoto, cabe à escola e aos professores, buscarem novas práticas pedagógicas, para tornar o ensino mais eficaz em sala de aula, como se refere Coutinho (2011, p.18), onde “a escola e os seus agentes têm de mudar os métodos e técnicas de ensino e pensar em formas eficientes e eficazes para preparar os estudantes para a sociedade do conhecimento”.

A esse feito a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 10 de março de 2020 durante a pandemia divulgou uma lista dos aspectos importantes que deve ser realizado pelas escolas com base nesse ensino que se dá por meio das tecnologias.

Escolher as melhores ferramentas e tecnologias disponíveis para o ensino remoto, como por exemplo, recursos de acessibilidade que garantam o

acesso a vídeos por todas as pessoas.

Assegurar programas inclusivos, o que pode exigir instalar equipamentos dos próprios laboratórios da escola na casa dos estudantes, para que estes possam de fato participar das aulas a distância.

Criar comunidades e aumentar a conexão, promovendo diálogo constante entre professores da sala de aula comum e profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Apoiar pais e professores quanto ao uso de tecnologias digitais, equalizando as capacidades tecnológicas dos estudantes e de quem vai atendê-los

Criar regras e avaliar a aprendizagem de cada estudante, considerando as particularidades de cada um e colocando tudo isso em discussão com os pais e os estudantes. (MEC/UNESCO, 1997 p.36- 38).

A esta visão, Pinto (2004) esclarece que:

A escola deve estar predisposta a aceitar, sem dramas, os desafios de modernidade que continuamente se lhe deparam predisposição essa mais do que nunca necessária porquanto ‘é hoje universalmente aceita a ideia de que uma sociedade em mutação permanente só pode aceitar uma escola em mutação também permanente’. (PINTO 2004, p.14).

Sabe-se que as responsabilidades impostas as Instituições de ensino pela UNESCO são bastantes relevante, mas, para que este processo de inclusão digital ocorra totalmente é preciso ir muito além de uma infraestrutura adequada de comunicação, de modelos sistêmicos bem planejados e projetos teoricamente bem formulados, ela deve acontecer como especificado por Moraes (1998).

O sucesso de qualquer empreendimento nesta área depende, fundamentalmente, de investimentos significativos que deverão ser feitos na formação de recursos humanos, de decisões políticas apropriadas e oportunas, amparadas por forte desejo e capacidade de realização. (MORAES, 1998, p.1 apud MARQUES e SOUZA, 2016, p. 1).

Visando o que foi imposto as escolas pela UNESCO com relação ao processo de inclusão digital e o modo como ele deve ocorrer, é que Nóvoa (2007) defende que:

A educação precisa estar centrada na aprendizagem do aluno. A escola na atualidade sofre com um excesso de atribuições, pois, a sociedade adentrou a instituição escolar e esta se encontra com enormes dificuldades para definir prioridades. No entanto, o autor afirma que: “Tudo é importante, desde que não se esqueça de que a prioridade primeira dos docentes é a aprendizagem dos alunos” (NÓVOA, 2007, p. 06).

### **3.2 A LIBRAS como fator essencial no processo de ensino de alunos com Deficiência Auditiva**

Sabe-se que as pessoas com deficiências auditivas percorreram um longo caminho para terem hoje o direito a uma educação de qualidade, como consta na Lei 13.146/2015 que institui a educação sendo direito de todos e dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade, além de assegurar uma educação de qualidade, colocando o indivíduo a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Os alunos com deficiências auditivas apresentam características diferentes que devem ser consideradas em sua educação. A isso, Almeida (2000, p.19) enfatiza que, a

deficiência auditiva possui os seguintes graus de audição: Normal (0-25 dB); Leve (26-40 dB), Moderado (41-70 dB), Severo (71-90 dB) e Profundo (acima de 91 dB).

Dependendo do grau de surdez, em alguns casos, pode ser resolvida com aparelhos ou intervenções cirúrgicas, mas nos casos congênitos e irreversíveis o indivíduo deve buscar outros meios de se comunicar. Nesse caso, foi criada a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Com base a essas questões relacionadas as especificidades do aluno surdo é que, a Lei nº 10.436/02 de 24 de abril de 2002, em seu art. 1º em parágrafo único reconhece a LIBRAS como sendo a língua materna dos surdos e o meio de se comunicar e se expressar de comunidades de surdos do Brasil.

Em relação ao uso da língua Skliar (1997), afirma:

A língua de sinais constitui o elemento identificatório dos surdos e o fato de constituir-se em comunidade significa que compartilham e conhecem os usos e normas da mesma língua, já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente. Isto é desenvolvem a competências linguísticas, comunicativa e cognitiva por meio do uso da língua de sinais própria de cada comunidade de surdos (SKILIAR, 1997, p. 141).

Diante do que é abordado fica claro que a educação dos alunos com DA, deve deter de processos que viabilize suas necessidades. A respeito a isso, Loureiro e Santos (2002, p.11) ressaltam que “a inclusão do deficiente auditivo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino, sob o enfoque sistêmico a educação especial integrada ao sistema educacional vigente”.

### **3.3 No que se refere ao professor**

A educação no atual contexto vem passando por momentos de grandes desafios e indecisões. O século XXI se destacou pelo avanço das tecnologias que hoje estão cada dia mais presente nas escolas e por isso há necessidade de uma formação docente adequada, em respeito a isso, Libâneo (1991) argumenta:

Os profissionais da educação precisam dominar as ferramentas tecnológicas e para tanto aprender a manuseá-las, pois, o meio mais provável para que isso aconteça é através de suas Formações. (LIBÂNEO 1991, p.26).

Gatti (2015, p. 25) fala que “a formação dos professores, suas formas de participação em sala de aula, em um programa educacional, sua inserção na instituição e no sistema, são pontos vitais”. Por isso, conhecer e estudar a formação docente, por causa da relevância do papel essencial que eles ocupam na educação, faz-se e torna-se necessário.

A formação continuada para cumprir seu papel precisa considerar os saberes já constituídos dos professores e as especificidades de suas práticas pedagógicas.

Nesse sentido esclarece Tardif (2002) que:

Tanto em suas bases teóricas quanto em suas consequências práticas, os conhecimentos profissionais são evolutivos e progressivos e necessitam, por conseguinte, de uma formação contínua e continuada. Os profissionais devem, assim, auto formar-se e reciclar-se através de diferentes meios, após seus estudos universitários iniciais. Desse ponto de vista, a formação profissional ocupa, em princípio, uma boa parte da carreira e os

conhecimentos profissionais partilham com os conhecimentos científicos e técnicos a propriedade de serem revisáveis, criticáveis e passíveis de aperfeiçoamento.(TARDIF, 2002, p. 249).

Sabe-se que, uma formação docente adequada no presente momento em que as aulas ocorrem por meio de avanços tecnológicos é primordial para que o ensino seja efetivado com qualidade, porém, considerando que a maioria dos profissionais de educação que hoje estão atuando com esses recursos não possuem esse tipo de atributo específico, Mittle (2003, p. 184) ressalta que “Os professores precisam de oportunidades para refletir sobre as propostas de mudanças que mexem com seus valores, e com suas convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana”.

Valente (1997), reforça dizendo que:

A formação do professor deve prover condições para que ele construa conhecimento sobre as técnicas computacionais, entenda porque e como integrar o computador na sua prática pedagógica e seja capaz de superar barreiras de ordem administrativa e pedagógica. Essa prática possibilita a transição de um sistema fragmentado de ensino para uma abordagem integradora de conteúdo e voltada para a resolução de problemas específicos do interesse de cada aluno. Finalmente, deve-se criar condições para que o professor saiba recontextualizar o aprendizado e a experiência vivida durante a sua formação para a sua realidade de sala de aula compatibilizando as necessidades de seus alunos e os objetivos pedagógicos que se dispõe a atingir. (VALENTE, 1997, p. 14).

Mesmo que os docentes não tiveram tempo para buscar por esse conhecimento, visto que o ensino remoto foi bruscamente imposto à esse educadores, Libâneo (1991, p.29), argumenta “este professor deve se empenhar em buscar conhecimento de outras formas para poder tornar-se mais capacitado nesse aspecto”.

As exigências quanto à formação docente, não nascem do acaso, apesar de, às vezes, serem consideradas desumanas, conforme as cobranças conhecidas na voz das agências internacionais, compreende-se a necessidade do professor atualizar-se, no sentido de ministrar um ensino que corresponda à formação do cidadão.

### **3.4 No que se refere a família**

De acordo com Almeida (2000, p.3), o grande entrapasse para a inclusão dos surdos está na visão equivocada e preconceituosa da sociedade que o vê um “ser deficiente”, improdutivo até mesmo às vezes por parte da família o que resulta na busca de diagnósticos tardios e atendimentos ineficazes.

Amaral (2004, p.90) traz argumentos que vão ao encontro dessa perspectiva de que o olhar do outro para a pessoa com deficiência muitas vezes é limitador: “O que conta é o pressuposto básico na cabeça do outro, de que o deficiente é sua deficiência”.

Em consonância com as ideais de Amaral, Silva (2007, p.280) diz que, inicialmente, uma família com um membro surdo tende à resistência, o que começa a ser modificada com o passar do tempo, num processo de adaptação a essa realidade.

Para isso, Rinaldi (1997, p.79) recomenda “[...] viabilizar a integração do surdo na comunidade onde vive, bem como criar parceria entre família, escola e comunidade [...]”, são estratégias que contribuem para a interação da criança surda na sociedade em que vive.

Guarinello (2000, p.29) reforça dizendo que, a família é o primeiro local onde as

capacidades das crianças são desenvolvidas e que interação familiar é de fundamental importância na constituição social do sujeito.

O Estatuto do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) garantem o direito de articulação das famílias com a escola, bem como o acesso dos pais e sua participação na elaboração das propostas pedagógicas da instituição de ensino.

Documentos orientadores do Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio da Secretaria de Educação Especial - SEESP (BRASIL, 2004, 2006) se referem à importância e papel da família no desenvolvimento do educando com necessidades educacionais especiais.

A educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Uma atitude positiva da parte dos pais favorece a integração escolar e social. Pais necessitam de apoio para que possam assumir seus papéis de pais de uma criança com necessidades especiais. O papel das famílias e dos pais deveria ser aprimorado através da provisão de informações necessária em linguagem clara e simples; ou enfoque na urgência de informações e de treinamentos em habilidades paternas constitui uma tarefa importante em culturas onde a tradição de escolarização seja pouca. (UNESCO, 1994, p.13-14; grifos meus).

Partindo deste ponto de vista, e observando as grandes narrativas sobre a importância da família, é que neste tempo em que as aulas se dão por meio de tecnologias espera-se que ela colabore com esse ensino, já que, ele provoca uma exaustão ao professor.

O trabalho vai além da carga horária contratada e o professor encontra-se disponível nos três turnos para responder às perguntas e tirar dúvidas por WhatsApp. Além disso, há a necessidade de planejar as atividades, enviar, seja em formato digital ou físico, e, ainda, ter tempo para receber e corrigir as atividades realizadas pelos alunos. (LOCKMANN, SARAIVA E TRAVERSINI, 2020, p.13).

È considerando esses esforços dos professores que o ensino remoto, não pode depender exclusivamente dos esforços individuais dos professores, visto que, no artigo 205 da Constituição Federal fica claro que essa entidade tem o dever de promover a educação, assim como na LDB (1996. Art. 2º) que consta “a educação é dever da família e do Estado, [...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, e que tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

#### **4 METODOLOGIA**

Com vista a verificar em uma das Instituições a forma como ocorre a realização dos atendimentos através do ensino remoto para alunos com surdez é que os procedimentos foram:

1) Escolha do local, que foi o Centro Educacional Raimundo Nonato Dias Rodrigues que se deu pelo fato de dispôr nesse tempo de isolamento de procedimentos como informática, educação física, elaboração de atividades manuais e vários outros, tudo através do ensino por meio remotos.

2) Levantamento dos participantes, 4 (quatro) professores, sendo eles, 1 (um) professor de LIBRAS, 1 (um) professor de informática, 1 (um) professor de artes e 1 (um) professor de educação física adaptada, os contatos com estes aconteceram via e-mails e WhatsApp, uma metodologia coerente com o estudo pretendido sobre o ensino remoto.

Devido a quantidade de participantes foi desenvolvido um estudo exploratório de abordagem qualitativa, segundo Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles.

A terceira e última etapa ocorreu na última semana de março de 2021, que foi a aplicação do questionário construído no aplicativo GOOGLE FORMS de forma gratuita disponível na plataforma do GOOGLE, composto por 1 (uma) pergunta fechada e 6 (seis) perguntas abertas que ocorreu por encaminhamento de link via e-mail, aos professores, de acordo com Gil (1999 p.21) “o questionário não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado”, junto a esse encontrava-se o aceite de participação e o termo de confidencialidade.

Por mais que se tenha dado todos os suportes garantindo a preservação das identidades dos participantes, como o termo confidencialidade, optou-se para tanto, se referir aos professores utilizando das siglas P1, P2, P3 e P4.

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário intitulado Ensino Remoto para alunos com Surdez aos professores contou com a declaração de 3 profissionais, onde em primeira instância buscando verificar o tempo de atuação desses educadores, observou que, P1 e P2 atuam entre 1 a 2 anos e P3 a mais de 5(cinco) anos, o que se compreende que somente 1 professor já detém de uma base cultural linguística que o torna apto a elaborar práticas avaliativas adequadas, visto que, Chueiri (2008, p. 52) aborda que a avaliação é uma atividade neutra ou meramente técnica, isto é, não se dá num vazio conceitual, mas é dimensionada por um modelo teórico de mundo, de ciência e de educação, traduzida em prática pedagógica.

Quando perguntado se esses professores possuíam formação em LIBRAS e se para eles essa formação era importante, todos os educadores relataram que não possuíam, mas compreendiam sua importância na educação do aluno com Surdez.

Há necessidade dos profissionais em valorizar a LIBRAS como um fator principal e determinante, visto que, a Lei nº 10.436/02 de 24 de abril de 2002, deixa claro que deve ser oferecido uma educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais do aluno, além de especificar que língua [...] é o meio de se comunicar e se expressar de comunidades de surdos do Brasil.

Quando questionados sobre estarem preparados para ministrar aulas através do ensino remotos todos os professores responderam que não, apenas complementaram dizendo que para essa atuação precisou se adaptar as novas tecnologias como foi o caso do P1, já o P2 ressaltou que a internet dificulta essa efetivação, uma vez que ela é o único meio de entrar em contato com a família e o P3 enfatizou que o trabalho pedagógico tem sempre desafios e obstáculos.

A falta de qualificação de professores, os faz entenderem não estarem preparados para atuar com o ensino remoto. A esse respeito Libâneo (1991) comenta:

Os profissionais da educação precisam dominar as ferramentas tecnológicas e para tanto aprender a manuseá-las, pois o meio mais provável para que isso aconteça é através de suas Formações, [...] para poder tornar-se mais capacitado nesse aspecto. Libâneo (1991, p.26).

Nesta perspectiva, nota-se que, o professor que está atuando hoje em muitas Instituições de ensino, assim como no Centro Raimundo Nonato encontra-se fora do contexto a que se espera que esteja, uma vez que não domina esse tipo de ensino

No que compete às dificuldades encontradas pelo docente em relação ao atendimento



remoto, o P1 considerou que o acesso a internet é um dos recursos que mais prejudica a efetivação do ensino através de meios remotos, pelo fato de ser através dele que se dá a comunicação com a família do aluno, que muitas vezes deixar de dá o suporte nas aulas por falta de tempo em horário conveniente para a execução das tarefas em casa, o P2 além de ter também ressaltado a internet, enfatizou o não retorno das atividades pelos alunos, que muitas vezes compete à família, o P3 enfatizou a escassez de um recurso adequado por parte da família para ter acesso a vídeos.

A questão das dificuldades evidenciadas apontam que, a escassez de recursos é uma das que mais são encontradas pelos educadores que prejudica o atendimento por meios remotos para alunos com deficiências auditivas, uma vez que, sem esses materiais além da família não poder cumprir com seu papel de dá suporte ao docente, com também ela deixa adquirir conhecimentos relevantes que deveriam por elas ser repassados aos alunos, assim como, deixa de acontecer a comunicação entre professores e responsáveis, o que é de total importância, visto que, a educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais, favorecendo a integração escolar e social do estudante (UNESCO, 1994, p.13-14).

Considerando a importância que a família tem para a que o aluno possa participar das aulas remotas, é que, foram indagados se realmente essa participação acontece e o quanto ela é imprescindível, o P1 citou que as atividades que retornam para ele são aquelas tem o apoio e auxílio dos pais, e que essa participação é fundamental, principalmente para preparação do espaço onde acontece as aulas, o P2 além de ter evidenciado a questão de envio de atividade, falou que, para o aluno se desenvolver em todos os aspectos é preciso a interação dos responsáveis, o P3 afirmou que as famílias dos alunos para quem presta atendimento participam sim das atividades, e que eles são fundamentais, Até porque são eles que devem primeiramente servir como exemplo a esses alunos.

Evidenciando os processos que devem serem efetivados através do ensino remoto que Quadros (2017, p.21) comenta “ É um trabalho que exige empenho por parte das famílias, [...] e que sobre isso, Rinaldi (1997, p.79) recomenda “[...] viabilizar a integração do surdo na comunidade onde vive, bem como criar parceria entre família, escola e comunidade [...]”, são estratégias que contribuem para a interação da criança surda na sociedade.

Com base nesse panorama que é ressaltado sobre a participação da família, constatasse que ela é peça fundamental para que o professor consiga de certa forma ter uma boa interação com o aluno surdo por meio de recursos remotos, mas que não são todas que realizam esse procedimento, o que impedi ainda mais que a efetivação de aulas online sejam realizadas com mais qualidade.

Na questão que envolveu a escola, o modo como ela está procedendo com o ensino remoto para alunos com surdez nessa pandemia, o P1 e P2 comentou sobre a disponibilização de material impresso e recursos como internet, além de ter organizado uma sala com os equipamentos para uso exclusivo dos professores, já o P3 relatou que a escola trabalha atualmente com os professores de forma interdisciplinar.

Mesmo sem muitas adaptações, mas, centrando na educação no aluno (NÓVOA 2007, p. 06) a escola se mostra que está predisposta a aceitar, sem dramas, os desafios de modernidade [...] (PINTO 2004, p.14). oferecendo aos alunos com surdez possíveis atividades que fazem esses estudantes continuar com o processo de aprendizagem, mesmo não ocorrendo totalmente através de tecnologias como especificado pelo P3.

Com relação a permanência do ensino remoto para alunos com surdez, o P1 abordou que o ensino remoto é uma realidade que cedo ou tarde iria acontecer, até mesmo porque ele facilita em alguns procedimentos como caso de interação com as famílias, mas que apesar disso, ainda existe fatores que o impedem de ser realizado com qualidade e que se torne fixo a esse público, e um deles é a própria deficiência do alunos, onde nem todos

estão aptos (pela idade e série), o P2 relatou que é muito importante, pois esses estudantes precisam estarem assistidos, e que se faz necessário buscar meios e formas de fazer com que eles participem das aulas, o P3 expôs que mais uma vez acaba ocorrendo a exclusão desses alunos, pois eles, a maioria são de baixa renda e nem sempre tem internet ou celular adequado para baixar vídeo aulas.

Se observa que, o ensino remoto mesmo sendo um método que facilita vários procedimentos a alunos com surdez, ele acaba causando uma exclusão desse mesmo aluno, o que não pode está ocorrendo, visto que, o parecer 05/2020, da portaria nº 343 de 17 de março de 2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE) é bastante claro quando enfatiza que as aulas mediadas ou não por tecnologias deviam adotar medidas de acessibilidade enquanto perdurasse a impossibilidade de atividades escolares presenciais nas unidades educacionais da educação básica e superior ou onde estivessem matriculados.

## 6 CONCLUSÃO

Pelo exposto neste artigo, foi possível conhecer alguns dos desafios enfrentados pelos professores na adoção do ensino remoto na pandemia, especificando que os aspectos elucidados no texto trataram exclusivamente da prática de professores que trabalham com alunos com surdez.

Vale lembrar que os dados coletados por essa pesquisa agregaram uma pequena porcentagem de discentes, mas que, ainda assim, cumpriu-se o objetivo de analisar de que forma aconteceu na pandemia o ensino por meio remoto a alunos com surdez.

A mudança brusca de ensino devido o surto da COVID- 19 mostrou que a prática dos professores que fazem atendimento a alunos com surdez foi uma das mais afetadas, Essas novas possibilidades tecnológicas não alteram apenas a vida cotidiana das pessoas [...] alteram todas as ações, as condições de pensar e de representar a realidade (AMORIM, 2012, p. 18) pelo fato que, muitos desses profissionais que se encontram atuando hoje, não possuem de habilidades necessárias, seja relacionada a deficiência do estudante ou ao avanço tecnológico o qual ocorreu a continuidade das aulas.

Como pode ser visto a surdez, assim como o ensino remoto caracteriza um atendimento diferenciado, requerendo de adaptações e conhecimentos específicos, porém, de acordo com tudo que foi visto, o que se encontra é uma grande carência desses aspectos, o leva a dizer que é pela falta dessas necessidades que a prática pedagógica atualmente se encontra com uma má qualidade.

Por fim, considerando os relatos dos professores em relação a ativação do ensino remoto é possível dizer que esse método executado durante a pandemia para pessoas com surdez impede o docente de executar de maneira precisa a avaliação do aluno, visto que, é imprescindível o docente adquirir dos instrumentos significativos e fundamentais para o seu desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth de; **ProInfo**: Informática e Formação de Professores – Vol. 1; Brasília: MEC/ Secretaria de Educação à Distância, 2007. p. 07.

BANDEIRA, D. Material didático: conceito, classificação geral e aspectos da elaboração. In: \_\_\_\_\_. Materiais didáticos. Curitiba, PR: IESDE, 2009, p. 13-34.

BRASIL. **Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo

Coronavírus - COVID19. Brasília: Diário Oficial da União, 18 mar. 2020b. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 11 Mar. 2021.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CP nº 05/2020. **Reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da covid-19.** Diário Oficial da União, Brasília, 1 de junho de 2020. Seção 1, p. 32.

BRASIL. **Lei nº 9394 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 14 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, **que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras**, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005.

BRASIL, **Lei nº 10. 436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2002, Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436). Acesso em: 14 mar. 2021.

COUTINHO, clara; Lisboa, Eliana. **“sociedade da informação, do conhecimento e da Aprendizagem: desafios para educação no século XXI”.** Revista de Educação, Vol. XVIII, n.1, p 5-22, 2011.

CHUEIRI, Mary Stela. **Concepções sobre a Avaliação Escolar.** Estudos em Avaliação Educacional. 2008, v. 19: p. 49-64.

GATTI, B.A Formações de professores: Condições e problemas atuais. **Revista internacional de Formação de professores**, [ S.1.], p.161-171, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Guarinello, A. C. (2000). **A influência da família no contexto dos filhos surdos.** *Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia.* Curitiba, (3), 28-33.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1991. LOUREIRO, M. A. R.; SANTOS, M. D. J. M. Educação especial: **inclusão do deficiente auditivo em turmas regulares.** (Monografia). 39 p. Centro de Ciências Humanas e Educação / UNAMA, Belém-PA, 2002.

MARQUES, C. L.; SOUZA, A. M. Políticas públicas educacionais no ensino profissionalizante a distância: **um olhar sobre a inclusão social.** Journal of Research in Special Educational Needs, v. 16, n. 1, 2016. Disponível em: . Acesso em: 21 abr. 2020.

MITTLER, P. **Educação inclusiva:** Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 51 2003.

SARAIVA, K.; TRAVERSINI, C.; LOCKMANN, K. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.15, e2016289, p. 1-24, 2020.

NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. 2. Ed. Porto: Porto Ed., 2007.

RINALDI, G. Fascículo 2 –Educação Especial: O papel da família frente à surdez. In: \_\_\_\_\_. et al. Educação Especial: Deficiência Auditiva. vol. 1. Série Atualidades Pedagógicas 4. Brasília: MEC/SEESP, 1997. p. 71-193

SANTIAGO, D. G. Novas tecnologias e o ensino **superior: repensando a formação docente**. Disponível em [http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=88](http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=88) Acesso: mar/2021

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva; et al. **Mães ouvintes com filhos surdos: concepção de surdez e escolha da modalidade de linguagem**. Psicologia: teoria e pesquisa, p. 280, 2007.

SKLIAR, Carlos (org.). **Educação & Exclusão: abordagens sócio-antropológica em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. São Paulo: Editora Vozes, 2002

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 1994. 49p.

VALENTE, Jorge Armando. Visão analítica da Informática na educação no Brasil: a questão da formação do professor. **Revista Brasileira de Informática na Educação**. RS: Sociedade Brasileira de Computação, nº.1, set. de 1997.